

## Política Pública de Esporte Educacional: Implementação do Programa Segundo Tempo Universitário na UFMS

## Política Pública Educativa Deportiva: Implementación del Programa Segundo Tiempo Universitario en la UFMS

## Educational Sport Public Policy: Implementation of the Segundo Tempo University Program at the UFMS

\*Dirceu Santos Silva, \*\*Silvan Menezes dos Santos, \*Guilherme Gutierrez Cuellar Nunes, \*Juliana Marta Antunes Ramos, \*Marina Brasiliano Salerno

\*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Brasil), \*\*Universidade Federal de Alagoas (Brasil)

**Resumo:** O objetivo foi analisar a implementação do convênio do Programa Segundo Tempo Universitário (PST Universitário) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no Brasil. Mediante uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, realizou-se a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com o professor e monitores esportivos que atuaram no convênio. A análise das entrevistas foi realizada por meio do Programa Iramuteq e de forma complementar foi utilizada a análise dos documentos do PST Universitário. Os principais resultados indicaram que houve uma dissociação entre o planejamento inicial (diretrizes nacionais) e a implementação do PST Universitário na UFMS. O convênio pesquisado sofreu com atrasos na estruturação devido à burocratização e constantes paralisações por conta da realização de congresso científico, que interditou todos os equipamentos esportivos por um mês. A pandemia de COVID-19 também paralisou o programa por cinco meses. Conclui-se que o PST Universitário seguiu parcialmente as diretrizes nacionais e esbarrou nas limitações burocráticas da estruturação e sistematização dos dados, já que não estava alinhado com os eventos acadêmicos da instituição e não conseguiu finalizar o plano inicial conforme planejado.

**Palavras-chave:** Política Pública. Política Social. Política Educacional. Direitos Sociais. Esportes.

**Resumen:** El objetivo fue analizar la implementación del convenio del Programa Según Tiempo Universitario (PST Universitario) en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) en Brasil. Mediante una investigación descriptiva con abordaje cualitativo, la coleta de datos fue hecha con entrevista semi-estructurada con el profesor y los monitores deportivos que actuaron en el convenio. Para el análisis de las entrevistas fue utilizado el Programa Iramuteq y de modo complementar, fue utilizado el análisis de los documentos del PST Universitario. Los principales resultados indicaron la disociación entre la planificación inicial (las pautas nacionales) y la implementación del PST Universitario en la UFMS. El convenio investigado presentó limitaciones con retrasos en la estructuración debido a la burocratización y las constantes paralizaciones por la realización de congreso científico, que interdicto a todos los equipamientos deportivos por un mes. Lo de la pandemia de COVID-19 también ha paralizado el programa por cinco meses. Se ha concluido que el PST Universitario siguió parcialmente las pautas nacionales y fue retrasado por las limitaciones burocráticas de la estructuración y sistematización de los datos, ya que no estaba en consonancia con los eventos académicos de la UFMS y no consiguió finalizar el plan inicial como planificado.

**Palabras-clave:** Política Pública. Política Social. Política Educativa. Derechos Sociales. Deportes.

**Abstract:** This study aimed at analyzing the agreement of the implementation of the Segundo Tempo University Program (STUP) at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) in Brazil. It was a descriptive research, with a qualitative approach. Data collection was carried out through semi-structured interviews with the teacher and sports monitors who worked in the program. The analysis of the interviews was carried out through the Iramuteq Program and, in a complementary way, the analysis of documents from the STUP was used. The main results indicate that there was a dissociation between the initial planning (national guidelines) and the implementation of the STUP at UFMS. The researched agreement suffered from delays in structuring due to bureaucratization and constant stoppages due to the holding of a scientific congress, which interdicted all UFMS sports equipment for a month. The COVID-19 pandemic also paralyzed the program for five months. It is concluded that the STUP partially followed the national guidelines and bumped into bureaucratic limitations in structuring and systematizing the data, as it was not aligned with the academic events of the institution and was unable to finish the initial plan as planned.

**Keywords:** Public Policy. Social Policy. Educational Politics. Social Rights. Sports.

### Introdução

A estruturação e implementação de políticas públicas por meio de convênios de programas de acesso ao esporte educacional, no contexto das universida-

des brasileiras, só ganhou destaque na última década, apesar da sua contemplação na Constituição da República Federativa do Brasil em 1988. O Programa Segundo Tempo Universitário (PST Universitário) foi criado pelo Ministério do Esporte (ME) do Brasil como projeto piloto no ano de 2009 e sua efetivação como ação política ocorreu em 2011 (Brasil, 1988; Gonçalves, et al., 2019).

O PST Universitário corresponde a uma vertente do Programa Segundo Tempo (PST), criado pelo ME,

---

Fecha recepción: 21-06-21. Fecha de aceptación: 03-09-21

Dirceu Santos Silva

dirceu.silva@ufms.br

em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O PST padrão tem como objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional no contraturno escolar, bem como promover a formação para a cidadania e a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes da rede pública de ensino. O PST universitário surge como uma expansão do PST padrão, com um novo público-alvo, a comunidade universitária, prioritariamente o corpo discente (Kravchychyn & Oliveira, 2016; Silva, et al., 2021).

A estruturação do núcleo do PST Universitário ocorre por meio da celebração de Convênios e Termos de Execução Descentralizada (TED) entre a Secretaria Especial do Esporte (SEE) e as Instituições Públicas de Ensino no Brasil. Para cada convênio, exige-se um Coordenador Geral voluntário da universidade e a previsão de contratação, via edital público, de 1 professor de Educação Física ou esporte e 3 monitores esportivos (acadêmicos do curso de educação física) para cada núcleo. Aos envolvidos, a carga horária total é de 20 horas semanais, 15 horas de oferecimento das oficinas e 5 horas voltadas ao planejamento e formação profissional. Em termos de atendimento, cada núcleo do PST Universitário possui uma meta de alcançar 300 beneficiários (Brasil, 2018a; Pizani, et al., 2020).

O PST Universitário, desde a extinção do ME, em 2019, no governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-Atual), passou a ser responsabilidade da SEE do Ministério da Cidadania do Brasil (Frizzo, 2019; Silva, et al., 2020; Silva, et al., 2021). O convênio do PST Universitário da UFMS, campus Campo Grande, foi firmado com o ME no ano de 2018, mas foi executado já com a SEE no ano de 2019.

O PST Universitário corresponde a uma ação política associada a um cumprimento do aparato burocrático para sua formulação e aprovação, que prevê a execução do convênio por tempo pré-determinado. As pesquisas relacionadas ao PST Universitário são escassas, encontramos apenas dois artigos publicados em periódicos científicos sobre a temática: o primeiro avaliou dois convênios do PST universitário na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Os itens avaliados positivamente foram a didática dos profissionais e a gratuidade. Os itens avaliados negativamente foram a infraestrutura e os horários disponíveis para as oficinas (Gonçalves, et al., 2019); o segundo analisou o desenvolvimento profissional docente no PST da UFMS, e os principais achados

destacaram que o momento de planejamento se configurou como espaço favorável para a formação profissional, mas foi relatada a dificuldade de um alinhamento e cumprimento das diretrizes e curso de formação inicial (Silva et al., 2021). A partir da necessidade de -estudos sobre o PST Universitário, somados a escassez de um tratamento científico sobre a implementação de programas sociais, conforme descrito por Santos e Carvalho (2020), surge o interesse em pesquisar o fenômeno. Os estudos sobre a implementação apresentam um potencial para o aperfeiçoamento do serviço, além de servir como diagnóstico e auxílio para implementação de outros convênios. Soma-se a essa justificativa, a contemplação do esporte educacional como direito na Constituição Federal de 1988, e as universidades federais como espaços favoráveis para essa materialização. A partir dessa problematização, três questões guiaram o presente artigo: como ocorreu as fases do planejamento e estruturação da gestão do convênio na percepção dos monitores esportivos e professor? Como foi implementado o convênio do PST universitário na UFMS em relação as Diretrizes Nacionais do Programa? De que forma o Governo Federal atuou na implementação do convênio?

Desse modo, o objetivo foi analisar a implementação do convênio do PST Universitário na UFMS, campus Campo Grande no Brasil.

## Material e métodos

Optou-se pela pesquisa descritiva, com abordagem eminentemente qualitativa. A escolha da pesquisa descritiva e qualitativa pode ser justificada pela consideração da dimensão processual do conhecimento sobre a implementação. Utilizou-se a abordagem quantitativa apenas para verificar a frequência de palavras e definir as classes dos dados (Bogdan & Biklen, 1994).

## Contexto da pesquisa

O PST Universitário desenvolvido na UFMS, *a priori*, seguiu as diretrizes nacionais, a partir da qual foi elaborada a Proposta de Trabalho encaminhada ao Edital de Chamada Pública n.º 01/2017, de acordo com as orientações estruturantes do programa.

Ressalta-se que o PST Universitário prevê ações de formações presenciais e a distância aos monitores, que constava no Planejamento Pedagógico de Convênio (PPC), ponto que não ocorreu ao longo de

sua oferta na UFMS. As formações que foram realizadas estavam previstas no Planejamento Pedagógico do Núcleo (PPN), inserida na carga horária semanal do planejamento dos monitores e professor (Ufms, 2018a; Ufms, 2018b).

Outro ponto de destaque para o contexto da presente pesquisa, versa sobre o período de pandemia de coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) (COVID-19), no qual as atividades presenciais foram suspensas em março de 2020. Ou seja, dos 18 meses previstos para atendimentos presenciais, apenas 12 foram efetivados conforme planejado. Por fim, a Proposta de Trabalho foi adaptada ao período de pandemia, aprovado pela SEE no segundo semestre de 2020.

### *Procedimentos de coleta e análise dos dados da pesquisa*

Foram contatados os seis profissionais que atuaram no núcleo. Do total, cinco sujeitos voluntários concordaram em participar das entrevistas semiestruturadas: quatro acadêmicos de Educação Física e um professor do núcleo, conforme Quadro 1. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS, número do parecer: 3.831.263.

Quadro 1

Sujeitos voluntários da pesquisa

Gênero/Idade	Tempo de atuação	Função no PST Universitário
Masculino/20 anos	1 ano e 3 meses	Monitor esportivo de handebol, futebol, society, futsal e grupo de corrida.
Masculino/21 anos	5 meses	Monitor esportivo de tênis, basquetebol, voleibol e vôlei de praia.
Masculino/22 anos	9 meses	Monitor esportivo de basquetebol, futevôlei, voleibol e vôlei de praia.
Feminino/23 anos	1 ano e 3 meses	Monitora esportiva de treinamento funcional e musculação
Masculino/34 anos	1 ano e 3 meses	Professor da UFMS e professor do convênio pesquisado

Fonte: dados coletados na entrevista

O instrumento de entrevista foi elaborado pelos pesquisadores, passou por um estudo piloto e foi validado por três professores doutores especialistas em pesquisa qualitativa. As questões da entrevista envolveram: a) como ocorreu as fases do planejamento e estruturação da gestão do convênio?; b) como ocorreu a articulação política entre o Governo Federal e a UFMS?; c) como ocorreu o processo de execução e monitoramento do PST universitário na UFMS?; d) de que forma foi realizada a avaliação em processo do programa?

Todas as entrevistas foram gravadas, entre abril e julho de 2020, em aparelho de celular para posterior transcrição. As entrevistas foram codificadas com o programa OpenOffice Writer e processadas pelo programa Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

(Iramuteq) (Ratinaud, 2009), hospedado no software R. A escolha do método ocorreu por apresentar maior rigor de análise, o que permitiu a utilização da frequência dos vocábulos por meio da análise estatística, além de diminuir as margens de influência na escolha das classes. A tabulação dos dados envolveu a elaboração de um *corpus* textual para realizar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou método Reinert (Camargo & Justo, 2013). Os critérios pré-estabelecidos que atenderam à fórmula  $[\div^2 (1) \gg 3,84, p < 0,01]$  foram escolhidos, por recomendarem maior significância na classe e os trechos destacados exemplificam os discursos dos sujeitos.

A CHD agrupa os principais vocábulos encontrados na fala dos sujeitos por meio da frequência e correlações estabelecidas. A partir disso, o programa gera um dendograma, com seus vocábulos em destaque para que a classe seja nomeada e possa ser estudada a partir de sua representação no contexto da pesquisa. A análise inicial para a nomeação das classes foi realizada em conjunto pelos pesquisadores do presente estudo. Os resultados foram organizados a partir do dendograma das classes, que demonstra a associação dos segmentos de texto das entrevistas entre si. De forma complementar, utilizou-se para a análise os documentos do: PST Universitário disponíveis no site da SEE (Diretrizes Nacionais, Portaria n.º 11, de 4 de setembro de 2017 e TED) e documentos do convênio coletados na sala do convênio 20/2017 (Grade de horários, PPC e PPN).

O corpus textual gerado a partir das cinco entrevistas apresentou 137 segmentos de texto (ST), com uma média de 35,64 palavras com radicais distintos, com um total de 4.884 ocorrências (total de palavras). A divisão total foi realizada em 101 ST, 79,72% da análise do corpus textual, percentual considerado significativo para análise via Iramuteq ( $\gg 70\%$ ).

### **Resultados e discussão**

A análise do CHD permitiu identificar 7 classes no dendograma, as quais receberam a nomenclatura adequada de acordo com a temática principal. As correlações entre as classes expressam a temática central do corpus textual e a Figura 1 demonstra as principais associações entre elas.

Verificou-se a partir do dendograma da Figura 1, que o corpus textual permitiu a subdivisão em dois subcorpus. O primeiro subcorpus foi subdividido em

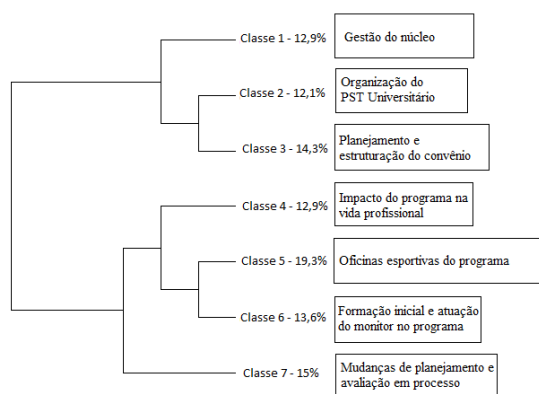


Figura 1 Dendrograma - CHD das classes  
 Fonte: elaboração dos autores com base no Programa Iramuteq

classes de 1 a 3, com representações de elementos da gestão, planejamento, estruturação e implementação do convênio do PST Universitário. O segundo subcorpus envolveu as classes de 4 a 7 e representou as percepções dos sujeitos entrevistados no que diz respeito às ações efetivadas, impacto do programa na vida profissional dos monitores e professor, organização das oficinas e avaliação processual. Na apresentação dos dados das entrevistas, os trechos destacados estão relacionados aos vocábulos de cada classe, ressaltados em negrito pelo Iramuteq.

A primeira classe ( $ST_{Classe1} = 18$ , que explica 12,9% do total) foi denominada de «Gestão do núcleo», com destaque para os vocábulos: coordenador, sistema, núcleo, professor e site. Segundo os sujeitos entrevistados, a gestão do núcleo do PST Universitário na UFMS alcançou a meta de 300 Cadastros de Pessoas Físicas (CPF's) no primeiro mês de oferecimento de oficinas esportivas, mas com dificuldade de permanência dos beneficiários com a mudança de cada semestre, sobretudo com a modificação de grade horária dos discentes na graduação.

O acompanhamento e o monitoramento foram realizados em dois momentos: 1. Aprovação do PPC e PPN no Sistema de Cadastro Geral de Convênios – RH's, Beneficiados e Núcleos (SICAD); 2. Visita técnica *in loco*. Os vocábulos destacados pelo Iramuteq representam os trechos mais significativos da primeira classe:

Os objetivos do PST Universitário de atingir 300 CPFs [beneficiários] no **sistema** foram alcançados no início do programa, no entanto, a manutenção dos beneficiários é bem difícil, sobretudo com a troca de semestre.

[...] no total, 504 beneficiários fizeram o cadastro ao longo do convênio e as avaliações ocorrem pelo

**sistema do site**, que a gente tem que mandar as chamadas, CPFs de quem está inscrito.

De acordo com os entrevistados, a meta foi atendida, 504 beneficiários foram inscritos ao longo do convênio, de 300 previstos nas diretrizes (68% além do esperado). A maior dificuldade foi o lançamento das faltas e presenças no sistema, que apresentava instabilidade e lentidão. Em dezembro de 2019 o sistema foi desativado e não retornou até o final da coleta de dados da pesquisa. Apesar da preocupação com os dados para que os programas instituídos por meio de políticas públicas sejam registrados, sua avaliação e transparência ficam prejudicadas diante dos desafios encontrados com o sistema utilizado, o que dificulta o acesso à informação.

A gestão do núcleo envolve o monitoramento e execução das ações por meio das visitas *in loco*, relatórios e assessorias realizados pela Equipe Pedagógica (EP), responsável pela estruturação e desenvolvimento do convênio, aprovação do PPC e do PPN, e pelas Equipes Colaboradoras (EC), composta por professores mestres e doutores de diferentes instituições de ensino superior do país, que atuam na formação dos profissionais e acompanhamento pedagógico dos convênios (Brasil, 2018a). De acordo com os sujeitos entrevistados a avaliação *in loco* ocorreu de acordo com as diretrizes, conforme trechos da entrevista:

[...] ocorreu um monitoramento e avaliação externa, uma visita de um professor da Universidade Estadual de Maringá. Vale ressaltar que a Universidade Estadual de Maringá é responsável pela aprovação do planejamento (PPC e PPN), acompanhamento e avaliação das atividades dos **núcleos** do PST universitário

[...], houve um monitoramento presencial ano passado no segundo semestre, só não me recordo o nome do profissional, que veio realizar a avaliação, mas ele veio aqui e presenciou o PST Universitário, ficando uma semana inteira para monitorar o núcleo, o **coordenador**, o **professor** e os monitores esportivos

[...] o avaliador veio e fez perguntas individualmente para o **professor** e para o **coordenador** do programa e individualmente para cada monitor esportivo, selecionando alguns beneficiários individualmente para realização da avaliação do programa

[...] ele perguntou para a gente se a gente conhecia o PPC, as diretrizes do programa

[...] ocorreu um feedback, enviado pelo

**professor** do núcleo, colocando pontos positivos que ele [avaliador externo] observou e o que poderia melhorar a partir da avaliação.

Para o processo de estruturação e início do convênio há exigência de elaboração do PPC e PPN, que são submetidos à EP, responsáveis pela aprovação dos documentos. A classe 1 versa sobre os aspectos burocráticos, que oferecem dados essenciais para analisar o impacto de uma política pública, tais como o efeito que foi gerado e o que pode ser realizado com os dados, conforme discutido por Batista & Domingos (2017). Os sujeitos da pesquisa indicaram dificuldades em fornecer os dados quantitativos por questões relacionadas ao sistema de registro, somadas a uma visita isolada do ente financiador em todo o período do convênio. Desse modo, análises quantitativas e qualitativas passam a ser descontextualizadas, quando desconsideram a continuidade do projeto e os fatores que o influenciam.

Conforme os apontamentos teóricos de Frey (2000), um estudo ou análise de política pública, restrito a dados quantitativos tem grande chance de ignorar ou ocultar variáveis explicativas sobre o percurso do programa político, como fatores favoráveis ou desfavoráveis ao seu desenvolvimento. Como alternativa, ressalta-se a relevância de se observar as dinâmicas internas do processo da política de modo a reconhecer «[...] arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas» (Frey, 2000, p. 220-221). Dessa forma, pode-se afirmar que o PST Universitário na UFMS careceu de abordagens quanti e qualitativas de análise para desenvolver uma avaliação da política pública adequada. Isto geraria possibilidades mais evidentes para qualificá-la na continuidade da ação, para implantações futuras da mesma ação política, ou mesmo, se fosse o caso, para o seu encerramento com base em critérios mais próximos da realidade.

A segunda classe ( $ST_{\text{Classe2}} = 17$ , que explica 12,1% do total) foi denominada de «Organização do PST Universitário», com destaque para os vocábulos: ministério do esporte, aprovar, projeto, edital e financiador. A classe versou sobre o processo de aprovação do programa, relacionado ao papel do Estado, bem como a descentralização de funções entre o Governo Federal e a UFMS. Os resultados indicaram que o Governo Federal teve um papel de financiador, após aprovação do projeto da UFMS via

edital, conforme percepção dos sujeitos entrevistados a seguir.

[...] o Governo Federal teve o papel apenas de **financiador** e a UFMS foi responsável pelo planejamento, compra de materiais esportivos, abertura de **editais**, inscrições que a gente abriu via Coordenadoria de Cultura e Esporte.

[...] a articulação com o Governo Federal no processo de descentralização do Estado funciona mais como um Estado **financiador** dessa **proposta**, porque a UFMS submeteu o projeto ao **Ministério do Esporte**.

[...] a formação foi de responsabilidade da UFMS, porque ela ocorria dentro do planejamento. O monitoramento e avaliação é de responsabilidade da UFMS atingir o objetivo dos 300 beneficiários, então a função do Governo Federal no caso o **Ministério do Esporte** na época era só de financiar, monitorar e avaliar a **proposta**.

A UFMS ficou responsável pelo planejamento, compra de materiais, abertura de editais e inscrições dos beneficiários no processo de estruturação, a fim de se adequar às exigências da proposta e dar sequência ao processo de implementação do convênio. A participação da sociedade civil, prevista no planejamento, foi mínima, uma consulta aos acadêmicos sobre as modalidades esportivas, conforme dados da entrevista:

[...] os acadêmicos praticamente não tiveram participação no processo de planejamento e implementação da **proposta** e não opinaram sobre isso até mesmo porque é um projeto com modelo fechado, realizado por meio de edital e só depois você adapta antes da implantação do núcleo.

A consulta aos beneficiários para a definição das oficinas ocorreu de maneira on-line, os acadêmicos indicaram as modalidades de maior interesse, com o objetivo de otimizar o processo de adesão, mas restringindo-se a uma consulta, já que o programa tem um modelo fechado, realizado por edital, o que permite poucas adaptações. O Governo Federal limitou-se ao financiamento, ainda que em suas diretrizes previa-se o compromisso da formação, elemento que não foi observado no convênio pesquisado.

De modo semelhante, Gonçalves, et al., (2019), observaram pelo relatório de avaliação do PST Universitário da UFV, que houve um planejamento de forma vertical na escolha de modalidades esportivas. No convênio com a UFMS houve a consulta sobre modalidades de interesse, entretanto, de



modo limitado, ainda que as propostas tenham sido alteradas entre os semestres.

Ademais, ainda que a função estatal tenha sido de financiador do projeto, as diretrizes sinalizam para o papel do Estado para três dimensões: (1) acompanhar o projeto a partir do quantitativo de beneficiários, fato que foi dificultado pela instabilidade do sistema; (2) avaliar o programa, ponto que ocorreu em uma visita in loco, de maneira isolada; (3) formação inicial de monitores e professores, função que não foi efetivada ao longo do convênio.

Os resultados do presente estudo reforçam a assertiva de que o Estado, restringiu-se a assumir a função econômica. Ou seja, o Estado se abstém de exercer os demais papéis necessários para uma ação política completa, que enfrente as demandas reais na sociedade como o acesso aos direitos e a redução da desigualdade social. Desse modo, foi verificada a transferência de fundos públicos para execução de políticas sociais sem um planejamento articulado e sem romper com a ideologia dominante, conforme discutido por Carneiro et al. (2019).

A terceira classe ( $ST_{Classe3} = 20$ , que explica 14,3% do total) foi denominada de «Planejamento e estruturação do convênio» e envolveu os seguintes vocábulos: estruturação, convênio, PPC, PPN e planejamento. A classe abarcou elementos referentes à implementação do convênio, com destaque para a burocratização da estruturação, que envolveu a elaboração e aprovação do PPC e do PPN, conforme trechos da entrevista a seguir:

[...] o **PPC** é o documento submetido antes do início das atividades, sendo composto basicamente por 15 formulários e tem um preenchimento obrigatório de modalidades esportivas [...] o outro documento é o **PPN**, composto por questões obrigatórias semelhantes ao PPC, com identificação de recursos humanos do convênio, diagnósticos e atividades de grade horária

[...] a **estruturação** do programa precisa da aprovação do **PPC**, do **PPN** e do cadastro de 150 CPFs

[...] então você só consegue sair da fase de **planejamento** e **estruturação** a partir da aprovação da proposta de **planejamento** do trabalho [...] a **estruturação** não ocorreu conforme as diretrizes demoraram mais do que os seis meses previstos.

A partir da percepção dos sujeitos entrevistados e análise dos documentos referentes ao PST

Universitário desenvolvido na UFMS, pode-se afirmar que a estruturação do PST Universitário envolveu a fase de planejamento, seguida da aprovação e repasse dos recursos do Governo Federal em direção à universidade. A aprovação ocorreu via Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do antigo ME, por meio da Portaria n.º 11, de 4 de setembro de 2017 (Brasil, 2017a).

A vigência de cada convênio, segundo as Diretrizes do PST universitário de 2018, envolve 24 meses, 6 meses de estruturação, 17 meses de execução das oficinas esportivas e 1 mês de recesso (Brasil, 2018a), conforme Quadro 2.

Quadro 2  
Divisão do tempo do convênio nas diretrizes do PST Universitário

24 meses		
Estruturação	Execução	Recesso
6 meses	17 meses	1 mês

Fonte: Brasil, 2018a

Na percepção dos sujeitos entrevistados, a estruturação corresponde à fase mais burocrática da implementação do convênio. Em decorrência da burocratização, o convênio do PST Universitário na UFMS não conseguiu cumprir os 6 meses de estruturação. O convênio entre o Governo Federal e a UFMS foi assinado via TED n.º 20/2017, por 24 (vinte e quatro) meses, entre 26 de dezembro de 2017 e 26 de dezembro de 2019, com um repasse de R\$ 112.502,12. No entanto, o convênio foi prorrogado duas vezes: 1) Em consequência do atraso na estruturação, o Extrato de Termo Aditivo alterou a vigência, de 26 de dezembro de 2017 até 06 de outubro de 2020; 2) Em decorrência da pandemia de COVID-19, a vigência foi alterada mais uma vez, de 26 de dezembro de 2017 até 31 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2017b, 2018b).

A abertura de inscrições ocorreu em 07 de maio de 2018, a divulgação do edital de contratação de bolsista em 31 de maio de 2018 e a divulgação do resultado final dos bolsistas em 12 de junho de 2018, o que cumpriu o prazo de contratação de recursos humanos da fase de estruturação. No entanto, o informe de início das atividades para os beneficiários ocorreu com atrasos, em 04 de março de 2019, com início efetivo em 18 de março de 2019. O início do programa foi autorizado, em 30 de novembro de 2018, por meio do Ofício n.º 358/2018/CAEE/CGAE/DEGEP/SENEILS – SEI. A Ordem de Início indicou que a UFMS atendeu aos requisitos necessários para a estruturação (Brasil, 2018b). Dessa forma, a estruturação do programa atrasou em 8 meses e 24 dias, conforme Figura 2.

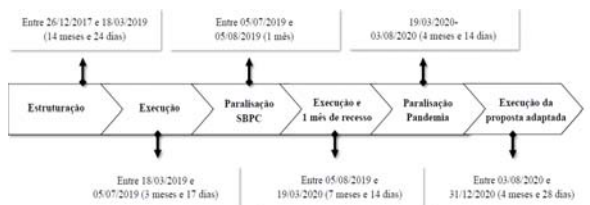


Figura 2 Linha do Tempo do Convênio PST Universitário na UFMS  
Fonte: Ufms, 2018a; Ufms, 2018b; dados documentais

A linha do tempo do convênio mostra a dificuldade de implementação do PST Universitário na UFMS. A estruturação envolveu 14 meses e 24 dias, embora as diretrizes façam uma previsão de 6 meses. A burocratização excessiva de abertura de inscrições e inserção de 150 beneficiários no sistema antes do início das oficinas e outros 150 até um mês após início das atividades, a compra de materiais esportivos (com registro fotográfico dos itens adquiridos), a contratação via edital e cadastros dos recursos humanos (ficha cadastral e fotos dos monitores esportivos/professor), a aquisição da placa de identificação do núcleo (com registro fotográfico), a aprovação do PPC e PPN pela EP foram as principais dificuldades encontradas.

No segundo subcorpus, observou-se a formação de 4 classes relacionadas entre si, como descrito na sequência. A quarta classe ( $ST_{Classe4} = 18$ , que explica 12,9% do total) foi denominada de «Impacto do programa na vida profissional» e enquadrou os vocábulos: pedagogia do esporte, ajudar, bastante, processo e avaliar. Na percepção dos sujeitos entrevistados, a atuação no PST Universitário proporcionou um impacto positivo na vida profissional, conforme trechos das entrevistas.

[...] a gente tenta ensinar da forma mais simples e da forma mais prática para os alunos conseguirem entender. A **pedagogia do esporte** [disciplina] foi a que mais me **ajudou** no processo da didática

[...] quando a gente chega num programa assim, onde nos tornamos professores em processo da nossa área, acaba **ajudando bastante** de como a gente vai ministrar a aula do que treinar, então isso ajudou **bastante**

[...] por mais que eu seja [discente] da licenciatura acho que a forma de aplicar as aulas na parte prática acabou sendo bem positiva. Na parte da construção das aulas no planejamento me **ajudou bastante no processo** de formação

[...] **avaliando** a minha vida profissional **ajudou bastante no processo** de construção de plano de aula, de que professor eu devo ser, da didática que eu

vou aplicar, dos conceitos de como eu dava uma aula [...] acho que foi um **processo** bem tranquilo porque o PST Universitário propondo para a gente o ensino através dos jogos e a **pedagogia do esporte** tem **bastante** disso da gente trabalhar os jogos no **processo** de formação não foi uma coisa tão difícil assim.

Nota-se que o PST Universitário enfatiza a formação profissional, pois aproxima os discentes da prática pedagógica e proporciona, dentro de sua carga horária, 5 horas de planejamento, a reflexão sobre a prática a partir do contexto de atuação. Desta forma, o modelo de execução do programa de esporte na universidade revela-se como espaço profícuo para uma formação de professores. Destaca-se o potencial desses espaços de planejamento para formação docente de Educação Física a partir da própria prática, conforme discutido por Mezzaroba (2016).

Na fala dos sujeitos da pesquisa, a disciplina de pedagogia do esporte teve influência na orientação para diferentes abordagens nas diferentes modalidades de ensino do esporte por meio do jogo. Segundo Leonardi et al. (2017), os princípios da pedagogia do esporte consideram o contexto, os participantes, os objetivos e significados da prática por meio do jogo, o que aproxima a teoria da ação pedagógica.

Os achados do estudo expressam, sobremaneira, a articulação universitária entre ensino e extensão, mas também reforçam o alcance dos conhecimentos produzidos na Pedagogia do Esporte para a formação e a prática pedagógica de professores da Educação Física, em especial os saberes relacionados aos procedimentos didáticos de ensino dos jogos esportivos, que são predominantes nessa área de estudos e pesquisas (Costa, et al., 2019).

A quinta classe ( $ST_{Classe5} = 27$ , que explica 19,3% do total) denominada de «Oficinas esportivas do programa» teve um único vocábulo em destaque: oficina. A classe faz referência à proposta de trabalho e o impacto do PST Universitário no acesso do direito ao esporte educacional e ocupação dos espaços esportivos, conforme segmentos mais significativos da percepção dos sujeitos entrevistados.

[...] um impacto significativo, visto o grande número de acadêmicos que frequentam as **oficinas** do PST Universitário, então se torna uma grande possibilidade de praticar esportes, atividades de lazer para a comunidade acadêmica, sem ter que se deslocar para outros locais.

[...] as pessoas saem das aulas para as quadras e as

peças saem das quadras e vão para aula, mantém a UFMS movimentada nos três períodos que temos oficinas na hora do almoço [...] temos **oficinas** à tarde, temos **oficinas** à noite, então têm acadêmicos nas quadras, o impacto não é só na vida dos universitários, mas na rotina da UFMS.

Todas as disciplinas do currículo têm ligação com as oficinas práticas, ela ocorre desde o momento do planejamento até a implementação, então quando pensamos no que vamos fazer na **oficina**.

[...] as disciplinas inclusivas que são usadas também na hora do planejamento das **oficinas** junto com as disciplinas de corpo, cultura, gênero, por lidarmos com diversos públicos e praticamente todas as disciplinas ligadas à pedagogia da licenciatura são colocadas em prática.

Destaca-se o espaço da prática (oficinas esportivas), como o momento de maior complexidade para atuação dos profissionais do núcleo. A diversidade de horários nos quais as oficinas eram ofertadas, fazia movimentar a UFMS, como relatado pelos sujeitos da pesquisa, o que indica a utilização do espaço público como garantia dos direitos. Tal fato não foi observado por Gonçalves, et al., (2019), ao relatarem que no PST Universitário da UFV não houve diversificação dos horários no primeiro convênio pesquisado, o que dificultou o acesso e permanência dos beneficiários. A diversificação de horários atende às demandas da comunidade acadêmica, garante sua permanência no contraturno das aulas do curso da graduação, além de possibilitar a ocupação do espaço público. Para os monitores do programa, as oficinas tornaram-se um espaço de reflexão sobre as disciplinas cursadas na graduação em Educação Física, bem como o contato com temas diversos que surgem ao longo da atuação docente, como aspectos relacionados à cultura e gênero.

A sexta classe ( $ST_{\text{Classe6}} = 19$ , que explica 13,6% do total) foi denominada de «Formação inicial e atuação do monitor no programa», com destaque para as palavras: educação física, tentar, executar e saber. A busca de conhecimentos e os desafios de estagiar em um programa com diferentes modalidades esportivas aproximou os monitores esportivos da área de atuação. Os dados da entrevista indicam ainda a necessidade de complementar a formação inicial, já que a diversidade de modalidades da Educação Física requer uma formação continuada por cursos, estágios, eventos e congressos acadêmicos.

[...] agora entrou a modalidade de tênis e também não temos essa disciplina no curso de **educação física**, ficando muito difícil **executar** uma atividade, quando não se tem uma formação.

[...] eu aprendi coisas que eu não **sabia** como o vôlei de praia, tendo que aprender do zero para dar aula [...] existem outras coisas que necessitamos nos virar sozinhos para realizar as aulas, por exemplo, tive que dar aulas de vôlei de praia e no curso de **educação física** não tem essa disciplina.

[...] principalmente as aulas práticas durante o curso de **educação física** deram um subsídio para **executarmos** as atividades no PST Universitário, onde muitas atividades que **executei** eu tirei a partir das aulas que tive durante o curso de **educação física**.

[...] temos que planejar e montar um plano semanal. Esse plano semanal a gente tem

que ver os objetivos, os procedimentos, as avaliações. Então, usamos as disciplinas, por exemplo, de currículo e didática da **educação física**.

Esse ponto direciona, novamente, para relevância da carga horária de planejamento prevista no PST Universitário, tempo que colabora para o estudo, reflexão e desenvolvimento das oficinas, mas que não configura como o único espaço para formação. Além disso, a prática pedagógica realizada de maneira contextualizada colabora para o desenvolvimento profissional docente, que não se encontra fragmentada nas disciplinas de um curso específico e considera o ciclo de ação, reflexão sobre o ocorrido, planejamento da nova ação (Fiorentini & Crecci, 2013; Nunes & Oliveira, 2017). As experiências adquiridas na formação inicial contribuem na atuação nos primeiros anos como profissionais. Essa transferência positiva, apesar de importante, depende do envolvimento dos professores na melhoria da sua prática educativa, o que requer compromisso profissional e formação contínua (Herrero-González, et al., 2021).

A sétima classe ( $ST_{\text{Classe7}} = 21$ , que explica 15% do total) foi denominada de «Mudanças de planejamento e avaliação em processo», com destaque para os vocábulos: SBPC, pandemia, mudança, substituir e troca. A classe englobou discussões realizadas sobre a execução do PST Universitário, com as influências externas, das quais foram destacadas a realização de evento científico de grande porte, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocupou todos os equipamentos



esportivos da universidade, utilizados no programa, por um mês e a pandemia de COVID-19. Além disso, destacam-se as influências internas, como a adesão e aderência dos beneficiários às oficinas.

O programa foi suspenso duas vezes, a primeira devido à **SBPC** e a segunda por conta da **pandemia** de COVID-19. Durante a execução fizemos trocas e **mudanças** para atingir o número de beneficiários a cada semestre.

[...] sobre as **mudanças** de atividades elas aconteceram por semestre. No plano nós tínhamos natação e hidroginástica, quando a gente implementou, já tinha **substituído** algumas modalidades, por exemplo, não aparecia no plano inicial treinamento funcional e a gente inseriu

[...] a partir da avaliação semestral, teve **mudanças** das grades de horários e os acadêmicos puderam interferir um pouco na escolha das **trocas** das modalidades, que não deram certo no semestre anterior

O futebol que a gente teve problemas no semestre anterior, principalmente por conta do corte de gastos realizados pelo governo. O PST Universitário foi impedido de usar os refletores do estádio morenã no período da noite e na **troca** de horário para o período da tarde, perdemos muitos beneficiários

No semestre vigente no ano de 2020, **trocamos** o futebol por Society no campo da FAMEZ e retornamos com o período da noite, com muitos beneficiários, que tinham mais de 40 inscritos, mas com duas semanas de início do Society, o programa foi suspenso por conta da **pandemia** de COVID-19

O futevôlei precisava de muita prática e acabou não funcionando durante o semestre, os beneficiários desanimaram e a gente acabou **trocando** para outra modalidade no semestre vigente, a gente **substituiu** por outra oficina, criamos o grupo de corrida.

A classe envolveu as mudanças de planejamento e oficinas esportivas em decorrência da avaliação processual por semestre, com o objetivo de manter/aumentar o número de beneficiários. Por fim, os dados das entrevistas descrevem as adaptações do planejamento para chegar ao objetivo do programa, no entanto, as suspensões e a interdição dos equipamentos esportivos dificultaram o cumprimento integral do convênio.

A partir da análise dos documentos do PST Universitário realizado na UFMS, pode-se afirmar que houve mudança de planejamento se compararmos as oficinas esportivas previstas entre a proposta ini-

cial, proposta executada e proposta adaptada para o período de pandemia de COVID-19, conforme Figura 3

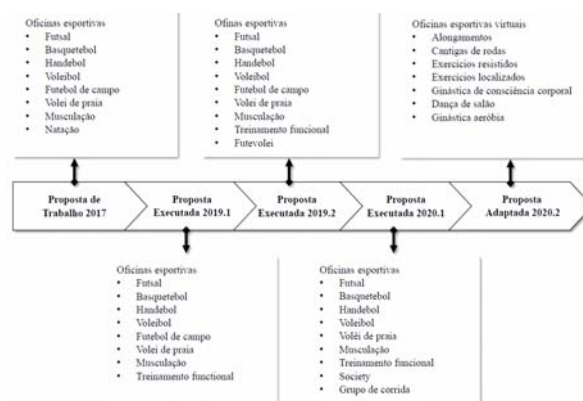


Figura 3 Linha do Tempo das oficinas esportivas do PST Universitário na UFMS  
Fonte: Ufms, 2018a; Ufms, 2018b; dados documentais

Destaca-se a mudança drástica entre a proposta executada e a proposta adaptada para o período de pandemia de COVID-19. De acordo com as diretrizes do PST Universitário 2018, o público-alvo do programa corresponde ao corpo discente (acadêmicos de graduação e pós-graduação), com ênfase no esporte educacional e na metodologia do jogo. No entanto, as oficinas para o período envolveram um público-alvo infantil (cantiga de rodas infantis) e o esporte de rendimento (exercícios resistidos).

Tal classe aborda uma intercorrência de difícil previsão, devido à pandemia. Ponto semelhante foi observado por Gonçalves, et al., (2019), quando houve o relato de uma greve ao longo do período de realização do PST Universitário na UFV, elementos que estão sujeitos a ocorrer e não há meio de previsão.

A realização do congresso, indicado na fala dos sujeitos participantes, para o qual a gestão na UFMS possuía conhecimento e não considerou o aviso prévio, as alterações e prejuízos ao programa. Tal fato pode indicar uma hierarquização do esporte no contexto universitário, colocado em segundo plano. Essa afirmação pode ser reforçada pela suspensão da oficina de futebol, devido ao custo com energia elétrica em um momento de contingenciamento do orçamento da educação realizado pelo Governo Federal. As suspensões de oficinas e interdições de equipamentos esportivos impactaram na execução do convênio e no acesso aos direitos dos beneficiários, além de contrariar o compromisso do programa com o Governo Federal, de garantia de capacidade técnica. Um planejamento articulado entre as instituições conveniadas no processo de

implementação e a criação de normas que priorize o uso de equipamentos esportivos para utilização de programas relacionados ao esporte podem ser alternativas para minimizar os impactos negativos em convênios de programas sociais.

## Conclusões

Ao final do estudo podemos inferir sobre especificidades do programa desenvolvido a partir de elementos relacionados ao Governo Federal, à UFMS, aos profissionais envolvidos diretamente no atendimento aos beneficiários e as questões previsíveis e imprevisíveis em uma execução de uma política pública.

Com relação ao papel do Governo Federal, foi restrito ao financiamento do programa, a formação prevista nas diretrizes e no PPC não ocorreu, ponto que demanda análise nos programas que foram e estão em funcionamento em outros estados brasileiros. À instituição na qual o programa foi implantado coube à execução de elementos burocráticos, dos editais que possibilitam o vínculo de docente e discentes, para que possam ser selecionados, para a compra dos materiais para a execução das oficinas. Entretanto, a instituição não demonstrou preocupação em suspender as práticas esportivas para a realização de um congresso que ocupou, por um longo período de tempo, o atendimento aos beneficiários.

O professor e os monitores foram os responsáveis pela execução do programa com avaliação processual para adequação de horários e modificações de oficinas para atender às demandas da comunidade acadêmica. A diversidade de horários contribuiu para a ocupação do espaço público e equipamentos esportivos.

As oficinas e avaliação processual seguiram as diretrizes do programa, realizada pelo professor e monitores, ainda que esse grupo não tenha recebido todas as orientações iniciais que constam nas diretrizes, o espaço do planejamento foi fundamental para sua manutenção qualitativa. Apesar dos atrasos de início e sem o cumprimento da formação inicial indicada nas diretrizes nacionais, o PST Universitário realizado na UFMS teve a meta de atendimentos superada, o que demonstra uma demanda social atendida por essa política pública.

Houve o cancelamento das atividades presenciais em março de 2020 em decorrência da pandemia de COVID-19, ponto de difícil previsão e que culminou

em uma modificação das oficinas. Por fim, as pesquisas relacionadas à implementação de convênios de políticas públicas de esporte educacional são de fundamental importância para o avanço da produção científica.

Os resultados da presente pesquisa contribuem para uma reflexão sobre o modelo burocrático e a necessidade de um planejamento articulado entre o Governo Federal e as instituições conveniadas no processo de implementação. Por fim, como limite e possibilidade para novas pesquisas, sugere-se investigações sobre o processo de implementação de programas sociais por meio de pesquisas de campo, com destaque para a análise do tipo de esporte educacional implementado e se seguiu a orientação metodológica das diretrizes nacionais do programa.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

## Referências

- Batista, M. & Domingos, A. (2017). Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 32(94), e329414. <https://doi.org/10.17666/329414/2017>
- Bogdan R, & Biklen S (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperado de: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)
- Brasil (2017a). *Portaria nº 11, de 4 de setembro de 2017*. Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Ministério do Esporte. Recuperado de: [https://www.in.gov.br/materia/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19277319/do1-2017-09-05-portaria-n-11-de-4-de-setembro-de-2017-19277230](https://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19277319/do1-2017-09-05-portaria-n-11-de-4-de-setembro-de-2017-19277230)
- Brasil (2017b). *Termo de Execução Descentralizada nº 2, de 2017*. Brasília, DF: Ministério do Esporte. Recuperado de: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/277608052/dou-secao-3-27-12-2019-pg-11>
- Brasil (2018a). *Programa Segundo Tempo Universitário*:

- diretrizes. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte. Recuperado de: [http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/diretrizes/2019\\_07\\_10\\_Diretrizes\\_PST\\_Padrao\\_2018.pdf](http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/diretrizes/2019_07_10_Diretrizes_PST_Padrao_2018.pdf)
- Brasil (2018b). *Ofício nº 358/2018/CAEE/CGAE/DEGEP/SENELIS-ME – SEI*. Ordem de Início.
- Camargo, B., & Justo, A. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Carneiro F., Pereira, C., Teixeira, M., Húngaro, E., & Mascarenhas, F. (2019). Orçamento do esporte no governo Dilma: a primazia dos interesses econômicos e o direito escanteado. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 41(4), 343-349. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.03.032>
- Costa, R., Santos, M., Pereira, S., & Galatti, L. (2019). Pedagogia do esporte: publicações em periódicos científicos brasileiros de 2010 a 2015. *Conexões*, 17, e019008. <https://doi.org/10.20396/conex.v17i0.8648796>
- Fiorentini, D., & Crecci, V. (2013) Desenvolvimento profissional docente: um termo guarda-chuva ou um novo sentido à formação? *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente*, 5(8), 11–23.
- Frey, K. (2000). *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e Políticas Públicas, 21. Recuperado de: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>
- Frizzo, G. (2019). Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do ministério do esporte. *Motrivivência*, 31(60), 01-15. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e67108>
- Gonçalves, V., Silva, D., & Marins, J. (2019). Avaliação do programa segundo tempo universitário na Universidade Federal de Viçosa. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 27(1), 150-163. <http://dx.doi.org/10.31501/rbcm.v27i1.9689>
- Herrero-González, D., Manrique Arribas, J., & López-Pastor, V. (2021). Incidencia de la Formación Inicial y Permanente del Profesorado en la aplicación de la Evaluación Formativa y Compartida en Educación Física. *Retos*, 41, 533-543. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i41.86090>
- Kravchychyn, C., & Oliveira, A. (2016). Esporte Educacional no Programa Segundo Tempo: uma construção coletiva. *Journal of Physical Education*, 27, e2719. <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v27i1.2719>
- Leonardi, T., Galatti, L., Scaglia, A., De Marco, A., & Paes, R. (2017). Pedagogia Do Esporte: Sinalização Para a Avaliação Formativa Da Aprendizagem. *Revista Pensar a Prática*, 20(1), 216–229. <https://doi.org/10.5216/rpp.v20i1.36744>
- Mezzaroba, C. (2016). A formação de professores de Educação Física: tensões e possibilidades do professor-reflexivo e do professor-pesquisador. *Revista Corpoconsciência*, 20(1), 109-123.
- Nunes, C. & Oliveira, D. (2017). Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. *Educação e Pesquisa*, 1, 65–80. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201604145487>
- Pizani, J., Barbosa-Rinaldi, I., Kravchychyn, C., Teixeira, F., Reppold Filho, A., & Oliveira, A. (2020). Monitoring and pedagogical support of «segundo tempo» program of ministry of sports. *Journal of Physical Education*, 31(1) e-3105. <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v31i1.3105>
- Ratinaud, P. (2009). IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Computer software]. Recuperado de <http://www.iramuteq.org>
- Santos, E. S., & Carvalho, M. J. (2020). Produção de pesquisa em políticas públicas locais de desporto no Brasil e em Portugal: agenda em formação. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, São Paulo, 9(2), 1-14. <https://doi.org/10.5585/podium.v9i2.16567>
- Silva, D., Donadon, P., Salermo, M., D'auria, B., & Gonçalves, L. (2021). Desenvolvimento profissional docente no programa segundo tempo universitário na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, e27032. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.111746>
- Silva, D., Silvestre, B., & Silva, J. Avaliação de políticas públicas de esporte: o caso do Plano Brasil Medalhas 2016 (2020). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. 2020, 42, e2035. <https://doi.org/10.1590/rbce.42.2019.075>
- Ufms (2018). *Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC) do Programa Segundo Tempo Universitário*. Campo Grande, MS: Sala do PST Universitário da UFMS, 2018a.
- Ufms (2018). *Planejamento Pedagógico do Núcleo (PPN) do Programa Segundo Tempo Universitário*. Campo Grande, MS: Sala do PST Universitário da UFMS, 2018b.